

0700	Sileno Souza Guedes	131	115
0702	Adriana Carla de Lima Pires Zaidan	131	116
0706	Angelo Giuseppe Breckenfeld Lopes Fernandes	130	122
0705	Enock Coelho Aragão	130	129
0704	Valdson Nogueira Ferraz Torres	130	134
0710	Paulo Otávio Távora Cavalcanti	129	121
0708	Ana Elizabeth Schuler da Cunha	129	131

Técnico de Auditoria das Contas Públicas – B7

Matr.	Nome	Critério de Desempate			Data de Nasc
		Pon-tos	Classconc	TCE	
0099	Jorge Ferreira Mendes	159			
0303	Ricardo de Lima Ferreira Fernandes Costa	158	14		
0330	Jefferson Spindola Tavares	158	18		
0304	Maisa Jacqueline Porto Ralino	158	25		
0288	Carlos Magno D'almeida	158	26		
0306	Antônio Fernando Ribeiro Pessôa	158	33		
0287	Marcos Kleuber Oliveira Nascimento	158	34		
0299	José Luiz Pereira Ramos	158	40		
0314	Maria Elizabeth Herácio Do Rêgo Freire	158	58		

Técnico de Inspeção de Obras Públicas – B3

Matr.	Nome	Critério de Desempate			Data de Nasc
		Pon-tos	Classconc	TCE	
1082	Reginaldo José da Silva	75			

Técnico de Inspeção de Obras Públicas – B4

Matr.	Nome	Critério de Desempate			Data de Nasc
		Pon-tos	Classconc	TCE	
0971	Arthur Leandro Alves da Silva	109	22		
0973	José Ivan de Almeida Ferreira	109	24	0	- 3856
0972	José Flávio Magalhães Acioly	109	24	0	- 331
1022	Gustavo Walter Xavier	100			

Técnico de Inspeção de Obras Públicas – B5

Matr.	Nome	Critério de Desempate			Data de Nasc
		Pon-tos	Classconc	TCE	
0801	Noemi Caldas Bahia Falcão	119	1		
0753	Saulo Mesquita de Araújo	119	2		
0815	Eduardo José de Albuquerque Montenegro	119	4		
0754	Carlos Eduardo Alves Figueirôa	119	6	0	- 0 1
0755	Christian Beurlen	119	6	0	- 0 0
0882	David Pereira Galvao	119	8	0	- 725 1
0804	Walter Maranhão Filho	119	8	0	- 0 0
0775	Elci Pessoa Junior	119	8	0	- 0 0
0776	Elmar Robson de Almeida Pessoa	119	11		
0773	Julio Cezar Cavalcanti Alves	119	12	0	- 3321 2
0770	Bruno Câmara Alencar Barros	119	12	0	- 0 2
0771	Ciro Eduardo Tavares de Melo	119	12	0	- 0 1
0772	Flávio Guimarães Figueiredo Lima	119	12	0	- 0 1
0814	Luiz Carlos Costa	119	12	0	- 0 0
0842	Silvio Gilberto de Araujo	119	17		
0879	Gustavo Rocha Diniz	119	19	0	- 0 1
0871	Eduardo França	119	19	0	- 0 0
0811	Flavio Vila Nova	119	58		
0913	Aristóteles Cavalcante Mendes	115			

Técnico de Inspeção de Obras Públicas – B6

Matr.	Nome	Critério de Desempate			Data de Nasc
		Pon-tos	Classconc	TCE	
0237	Lucienne Boudoux Jatobá de Barros	159	5		
0238	Márcio Santana de Carvalho	159	8		
0264	Antonio Pedro Barros de Figueiredo	159	9		
0265	José Nilton Ferraz Santiago	159	10		
0251	Wandecy de Souza Leão	158	1		
0250	Caio Cesar Costa Coelho Caribé	158	3		
0248	Fabiano José Arcadio Sobreira	158	4		
0252	André Augusto Viana	158	6		
0366	Fausto Stepple de Aquino	152			
0396	José Odilo de Caldas Brandão Filho	151	14		
0401	Márcio Roberto de Vasconcelos Penante	151	15		
0391	Hélio Codeceira Júnior	151	16		
0435	Adriana Osório de Barros Moraes	150	17		
0419	Anderson de Souza Rosal	150	19		
0443	Arnobio Vanderlei Borba	149			
0482	Hailton José Falcão Bezerra	143			
0722	Rosana Gondim de Oliveira	127	21		
0721	Marcelo Benevides dos Santos	127	22		
0715	Gustavo Henrique Ferreira Gonçalves de Abreu	127	23		

MÁRCIO SANTANA DE CARVALHO  
Chefe da Divisão de Gestão do Desempenho Funcional

Relatório de Gestão Fiscal

Relatório de Gestão Fiscal

Período de Janeiro a Dezembro de 2004

Consolida as informações do  
Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e da  
Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães.

Recife (PE), 29 de janeiro de 2005

Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco	Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães
Carlos Porto de Barros	Severino Otávio Raposo Monteiro
Presidente do TCE-PE	Diretor Geral da ECPBG-PE
Francisco Sifônio de Sousa	Maria Auxiliadora de Souza Albuquerque
Diretor Geral do TCE-PE	Coordenadora Geral da ECPBG-PE
Henrique Anselmo Silva Braga	Carlos Alberto Sales de Almeida
Contador - CRC-PE 14.240 / O-9	Contador - CRC-PE 16.072 / O-0

ESTADO DE PERNAMBUCO PODER LEGISLATIVO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL <b>DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL</b> ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO / 2004 a DEZEMBRO / 2004	
LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I	R\$ DESPESA LIQUIDADAJan/2004 a Dez/2004
DESPESA COM PESSOAL	
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)</b>	<b>67.903.304,45</b>
Pessoal Ativo	<b>68.499.851,54</b>
Pessoal Inativo e Pensionistas (Nota 1)	-
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)	<b>(596.547,09)</b>
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	(596.547,09)
(-) Inativos com Recursos Vinculados	-
<b>OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF) (II)</b>	<b>837.184,90</b>
<b>TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I + II)</b>	68.740.489,35
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL conforme Lei Complementar Federal nº 101/2000 (IV)</b>	5.438.078.787,88
<b>% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL conforme Lei Complementar Federal nº 101/2000 (III / IV) * 100</b>	1,26%
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL conforme Lei Complementar Estadual nº 67/2005 (V) - (Nota 2)</b>	5.295.560.997,76
<b>% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL conforme Lei Complementar Estadual nº 67/2005 (III / V) * 100 - (Nota 3)</b>	1,30%
<b>LIMITE LEGAL (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - &lt;1,56%&gt;</b>	84.834.029,09
<b>LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - &lt;1,48%&gt;</b>	80.483.566,06
FONTE: SIAFEM 2004	

<b>NOTAS EXPLICATIVAS AO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 2004</b>	
<b>Nota 1:</b> Desde a promulgação da Lei Complementar Estadual nº 28, de 14/01/2000, as despesas com servidores inativos e pensionistas vinculados aos órgãos filiados ao Regime de Previdência Social dos Servidores do Estado de Pernambuco, são pagas pelo Fundo Financeiro de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAFIN. Os recursos que financiam o pagamento aos servidores inativos e pensionistas são provenientes da Contribuição Patronal ao FUNAFIN, da Contribuição Patronal Complementar ao FUNAFIN e das Contribuições Retidas dos Proventos de servidores ativos, inativos e pensionistas. Portanto, o custo dos servidores inativos está refletido nas despesas do TCE-PE sob a forma de:	
<b>ORIGENS</b>	
<b>Recursos orçamentários provenientes do TCE-PE</b>	
(+) - Contribuição Patronal ao FUNAFIN	6.563.302,07
(+) - Contribuição Patronal Complementar ao FUNAFIN	3.418.237,12
(=) - Reflexo das despesas com servidores inativos e pensionistas no TCE-PE	<b>9.981.539,19</b>
<b>Recursos extra-orçamentários provenientes do TCE-PE</b>	
(-) - Contribuições Retidas dos Proventos de servidores ativos	5.470.559,75
(-) - Contribuições Retidas dos Proventos de servidores inativos	653.820,70
(=) - Reflexo das despesas com servidores inativos e pensionistas no TCE-PE	<b>6.124.380,45</b>
<b>(=) - Total das Origens de Recursos</b>	<b>16.105.919,64</b>
<b>APLICAÇÕES</b>	
(+) - Valor dos gastos com servidores inativos do TCE-PE, pagos com recursos do FUNAFIN	13.009.415,56
(+) - Valor dos gastos com servidores inativos do TCE-PE, pagos com recursos do FUNAFIN - Despesas de Exercícios Anteriores	127.080,69
(+) - Valor dos gastos com pensionistas do TCE-PE, pagos com recursos do FUNAFIN	3.080.359,28
(-) - Valor das contribuições retidas de pensionistas do TCE-PE	(182.330,51)
(+) - Valor recolhido pelo TCE-PE ao FUNAFIN, decorrente do excesso de contribuições em relação aos gastos com servidores inativos e pensionistas.	71.394,62
<b>(=) - Total das Aplicações de Recursos</b>	<b>16.105.919,64</b>
<b>Nota 2:</b> O Estado de Pernambuco adotou nova sistemática para apuração da RCL, mediante disposição contida na Lei Complementar Estadual nº 67, de 20/01/2005. O critério adotado pelo Poder Executivo para apuração da RCL contempla a exclusão das receitas destinadas à gestão plena da saúde, transferidas ao Estado de Pernambuco pela União. O total de receitas excluído no ano 2004 atingiu R\$ 142.517.790,12.	
<b>Nota 3:</b> Percentual do TDP em relação à RCL, apurada conforme Lei Complementar Estadual nº 67 de 20/01/2005.	

ESTADO DE PERNAMBUCO PODER LEGISLATIVO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - CONSOLIDADO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL <b>DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA</b> ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO / 2004 a DEZEMBRO / 2004			
LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a" - Anexo V	R\$		R\$
ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
<b>ATIVO DISPONÍVEL</b>	14.649.995,22	<b>OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS</b>	612.047,40
<b>Disponibilidade Financeira</b>	14.649.995,22	<b>Depósitos</b>	3.745,62
<b>Caixa</b>	0,00	<b>Restos a Pagar Processados</b>	281.385,32
<b>Bancos</b>	14.649.995,22	Do Exercício	281.385,32
Conta Movimento	1.191.324,65	De Exercícios Anteriores	0,00
Contas Vinculadas	0,00	<b>Outras Obrigações Financeiras</b>	326.916,46
Aplicações Financeiras	13.458.670,57	Consignações e Retenções de Tributos	326.916,46
<b>Outras Disponibilidades Financeiras</b>	0,00		
<b>SUBTOTAL</b>	14.649.995,22	<b>SUBTOTAL</b>	612.047,40
<b>INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)</b>	0,00	<b>SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)</b>	14.037.947,82
<b>TOTAL</b>	14.649.995,22	<b>TOTAL</b>	14.649.995,22
<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)</b>			0,00
<b>SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)</b>			14.037.947,82

